

Provão Juiz / 99 – 1ªFase – 1ªEtapa

Assinale a resposta que, de modo mais adequado, complementa ou atende ao enunciado.

1. A Constituição não contém

- A) normas de conduta.
- B) normas de organização.
- C) normas de natureza política.
- D) normas que disciplinam sua interpretação.

2. É admissível a manifestação do Presidente da República ao vetar projeto de lei que lhe é apresentado

- A) apenas se realizada no prazo de dez dias.
- B) apenas se tiver fundamento jurídico.
- C) se parcial, apenas se alcançar à integralidade de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.
- D) se ratificado pelo Senado Federal.

3. O controle difuso de constitucionalidade se caracteriza

- A) pelo fato de ser exercitável apenas diante de um caso concreto.
- B) pela exigência de maioria simples da Corte em sua declaração.
- C) pela circunstância de que a declaração de inconstitucionalidade se constitua no objeto principal da lide.
- D) pela possibilidade de que a declaração seja facultativa ou obrigatória.

4. O legitimado a figurar no pólo passivo do mandado de injunção

- A) é sempre o Presidente da República.
- B) é sempre a Câmara dos Deputados.
- C) é, indiferentemente, o Presidente da República e uma das casas do Congresso Nacional.
- C) é, conforme o caso, o Presidente da República ou a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal.

5. A delegação de competência para realização de um ato administrativo

- A) é inadmissível.
- B) apenas pode ocorrer se o agente ao qual a competência é delegada estiver em plano hierárquico inferior.
- C) exige que o ato de delegação indique, com precisão, os limites em que é deferida.
- D) exclui a competência cumulativa de autoridade delegante.

6. Os atos administrativos exclusivamente discricionários

- A) não podem ser submetidos ao controle jurisdicional.
- B) só podem ser examinados no que concerne a seus aspectos vinculados.

- C) só podem ser examinados no que concerne à oportunidade e conveniência de sua realização.
- D) estão na esfera da integral liberdade do administrador.

7. A regra constitucional referente à responsabilidade civil do Estado não cuida

- A) das pessoas jurídicas de direito público.
- B) das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- C) dos agentes de umas e outras.
- D) da intervenção do Ministério Público.

8. A afetação diz respeito

- a) aos fins para os quais o bem público está sendo utilizado.
- b) a alteração na categoria do bem público;
- c) ao enquadramento do bem público em uma de suas categorias;
- d) a titularidade do bem público.

9. Anísio praticou um furto, sendo processado e condenado. Antes de o Tribunal julgar a apelação por ele interposta, cometeu um homicídio. Seria correto afirmar que:

- a) ele não é reincidente, porque o homicídio foi praticado antes do trânsito em julgado da decisão que o condenou pelo furto;
- b) ele não é reincidente porque os delitos praticados são distintos;
- c) ele é reincidente porque não se exige o trânsito em julgado para que se configure a reincidência;
- d) ele é reincidente porque a distinção dos bens jurídicos protegidos não interfere na caracterização da reincidência.

10. Reconhecida, no Juízo Criminal, a materialidade e o fato de ter sido o reclamante o autor do crime de furto de bem de sua empregadora,

- a) descabe a produção de novas provas nos autos de reclamação em que invocada a existência da justa causa para a dispensa do empregado;
- b) inexistente óbice legal à produção de provas para que o empregado demonstre não ter participado do evento criminoso;
- c) a prova oral se limita à ratificação dos depoimentos das testemunhas ouvidas no Juízo Criminal;
- d) a prova oral se limita à audição de testemunhas que não depuseram no Juízo Criminal.

11. Se um agente pratica o crime de abuso de autoridade, ele poderá ficar sujeito:

- a) a processo administrativo, que deverá ser sobrestado para aguardar a decisão da ação penal ou civil;
- b) a processo administrativo que poderá ficar sobrestado para aguardar a decisão da ação penal ou civil, conforme decisão do juiz;
- c) a sanção administrativa, civil e penal, concomitantemente.
- d) A sanção administrativa ou a civil ou a penal, não podendo ser aplicadas às três conjuntamente, sob pena de causar tripla punição, o que é vedado por lei.

12. O contrato de empregado admitido no estrangeiro para trabalhar no Brasil:

- a) rege-se em sua integralidade pela lei do país da contratação;
- b) rege-se em sua integralidade pela lei brasileira;
- c) rege-se pelas exigências da lei brasileira, cumuladas com as condições previstas no contrato;
- d) rege-se pela lei em vigor no Brasil no momento da contratação.

13. As normas que disciplinam a interpretação:

- a) aplicam-se tão-somente às leis ou corpos de leis de que fazem parte;
- b) possuem caráter geral e se dirigem a todas as normas jurídicas;
- c) têm, para as leis ou corpos de leis dos quais não fazem parte, caráter secundário diante da interpretação doutrinária e da interpretação jurisprudencial;
- d) não alcançam os usos e costumes e os princípios gerais do direito.

14. O princípio da relatividade do poder vinculante dos contratos:

- a) se manifesta pela possibilidade de alteração futura de suas cláusulas, caso assim o desejem as partes;
- b) não impede sua resolução em caso de alteração previsível das condições contratuais;
- c) justifica sua resolução em caso de alteração imprevisível das condições contratuais;
- d) encontra seu fundamento na previsibilidade da alteração das condições contratuais.

15. Diante da prerrogativa de contratar, ínsita ao direito à liberdade, a cláusula contratual por meio da qual ex-empregado ou ex-sócio se compromete a não trabalhar em certo ramo de atividade por um certo tempo:

- a) é nula;
- b) não é nula;
- c) não é nula se acompanhada de pagamento de determinada importância que garanta a subsistência do contratante pelo período em que subsistir a restrição;
- d) só será considerada nula se o contratante não tiver formação que permita sua atuação em atividade distinta.

16. Na dissolução de uma fundação pública, seu patrimônio:

- a) será partilhado entre seus sócios;
- b) devolve-se à pessoa indicada em seu estatuto;
- c) reverte à entidade que a criou;
- d) incorpora-se ao de entidade congêneres, que tenham fins iguais ou semelhantes.

17. O descumprimento das obrigações de não-fazer:

- a) só admite a ocorrência de mora;
- b) admite a ocorrência de mora e de inadimplemento;
- c) só admite o inadimplemento;
- d) admite o inadimplemento parcial da obrigação.

18.A denominação “contratos de adesão”:

- a) alcança os casos de pré-constituição de cláusulas que devem compor o contrato;
- b) diz respeito aos casos de pré-determinação unilateral das cláusulas contratuais;
- c) refere-se àqueles cujo conteúdo se destina aos contratos de massa;
- d) designa-se aquela espécie de pacto em que apenas uma das partes consente.

19.A teoria da desconsideração da personalidade jurídica:

- a) cuida de nulidade da personalidade jurídica;
- b) cuida de superação da personalidade jurídica para certos atos;
- c) não impede a fraude em matéria tributária;
- d) possibilita o uso da personalidade jurídica da sociedade para os fins por ela pretendidos.

20.Nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada:

- a) o patrimônio da sociedade responde até o limite do capital registrado no contrato social;
- b) os sócios respondem solidariamente pelas dívidas da sociedade;
- c) os sócios respondem, apenas em caso de falência, solidariamente, pelas dívidas da sociedade;
- d) o patrimônio da sociedade responde ilimitadamente pelas obrigações contraídas.

21.O conceito de estabelecimento

- A) alcança as instalações, máquinas, mercadorias e ainda os bens incorpóreos da empresa.
- B) abrange todo o patrimônio da empresa.
- C) diz respeito ao imóvel no qual localizada a empresa.
- D) refere-se ao ponto comercial da empresa.

22.Em caso de falência de sociedade, os ex-sócios, solidária e ilimitadamente responsáveis pelas obrigações sociais,

- A) respondem, em igualdade de condições com os sócios remanescentes, pelas dívidas existentes até a data em que se retiraram da sociedade.
- B) respondem, em igualdade de condições com os sócios remanescentes, com os credores que se opuseram à sua retirada da sociedade.
- C) não são, em hipótese alguma, atingidos pela falência da sociedade ou pelos demais efeitos jurídicos que a sentença declaratória produza em relação à sociedade falida.
- D) são atingidas pela falência da sociedade, desde que dela se tenham retirado há menos de dois anos e se não houverem sido solvidas, até a data de declaração da falência, as obrigações existentes ao tempo da retirada.

23. Distinguem-se os direitos dos empregados domésticos dos empregados comuns, entre outros aspectos,

- A) porque aqueles não têm a garantia da sucessão de empregadores.

- B) porque os direitos daqueles mantêm o prazo prescricional de dois anos.
- C) porque para aqueles o repouso semanal recai, necessariamente, nos domingos.
- D) porque para aqueles não existe o direito ao vale-transporte.

24. A parceria se distingue do contrato de trabalho porque

- A) aquele vincula uma série de indivíduos, enquanto este concerne a apenas duas pessoas.
- B) naquele são consideradas as especiais aptidões dos parceiros, o que é irrelevante neste.
- C) o parceiro participa dos lucros e das perdas, enquanto o empregado só participa dos lucros.
- D) aquela passa aos herdeiros, enquanto este é *intuitu personae*.

25. A inserção em um contrato de prazo determinado de cláusula de rescisão antecipada significa que

- A) a indeterminação do prazo de vigência do contrato pode ser substituída por sua determinação.
- B) em caso de praticar o empregado qualquer falta funcional, o contrato chega, automaticamente, a seu termo.
- C) as partes se comprometem a não rescindir o contrato antes de seu termo.
- D) qualquer das partes pode pôr termo ao contrato antes do prazo nele previsto, com alteração das reparações legais referentes a seu rompimento.

26. As comissões referentes a transações realizadas por prestações sucessivas

- A) são devidas em sua integralidade no momento da dispensa do empregado.
- B) são devidas na medida em que forem sendo liquidadas.
- C) devem ser pagas no prazo do § 6º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- D) não são devidas as recebidas após a dispensa do empregado se ela decorreu de falta grave.

27. A declaração de insolvência civil do empregador

- A) não afasta o direito de preferência dos créditos trabalhistas.
- B) não alcança o direito de preferência dos créditos trabalhistas.
- C) exclui o direito de preferência dos créditos trabalhistas se a sentença declaratória de insolvência for anterior ao ajuizamento da reclamação.
- D) apenas concerne ao direito de preferência dos créditos trabalhistas se o referido crédito já tiver sido apurado, quando da sentença declaratória de insolvência.

28. Descaracteriza a existência de turnos ininterruptos de revezamento

- A) a observância de horários fixos.
- B) a adoção de intervalo nas jornadas.
- C) o trabalho continuado em regime de prorrogação.
- D) o gozo de folga semanal em dia fixo.

29. A contratação de trabalhador brasileiro por empresa estrangeira, para prestar serviços no exterior,

- A) necessita de prévia autorização do Ministério do Trabalho.

- B) necessita de prévia autorização do Ministério do Trabalho e exige que do capital da empresa participe, com pelo menos 5%, pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
- C) dispensa autorização oficial mas exige o depósito do contrato de trabalho no sindicato da categoria profissional do trabalhador.
- D) dispensa autorização oficial mas exige que seja comprovada a existência de seguro de vida e acidentes pessoais por todo o período de duração do contrato que, necessariamente, será de prazo determinado.

30. Quando o empregado invoca o descumprimento, pelo empregador, das obrigações do contrato ou a redução, também pelo empregador, do trabalho, de forma a afetar substancialmente o montante dos salários, pode considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização, permanecendo em serviço. Nos demais casos que o artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho relaciona como faltas graves patronais,

- A) a permanência no serviço se constitui em faculdade do empregado.
- B) cabe ao órgão julgador fixar se a permanência do empregado em serviço é ou não cabível.
- C) a permanência do empregado em serviço apenas é possível se não houver mora salarial.
- D) não é possível a permanência do empregado em serviço.

31. A partir da denúncia, pelo Brasil, da Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho,

- A) não mais cabe a reintegração de trabalhadores arbitrariamente dispensados.
- B) não há mais disciplina legal referente às dispensas coletivas.
- C) a reintegração de trabalhadores apenas pode ocorrer se estiver prevista em acordo ou convenção coletiva.
- D) houve alteração legal na disciplina das demissões dos dirigentes sindicais.

32. Com fundamento em contrato de trabalho com um mesmo empregador, vigente de 01.04.65 a 25.10.96, ex-empregado propôs, em 26.10.98, reclamação pleiteando a complementação de depósitos do FGTS, eis que insuficientes. A sociedade empregadora limitou-se a dizer estar prescrita sua pretensão. Em sua sentença, a Junta de Conciliação e Julgamento, acertadamente, disse

- A) estar prescrito o direito de reclamar as diferenças.
- B) estarem atingidas pela prescrição as diferenças anteriores a 26.10.93.
- C) estarem atingidas pela prescrição as diferenças anteriores a 26.10.68.
- D) serem devidas as diferenças anteriores a 01.01.67.

33. O registro de candidatura de empregado a cargo de direção sindical no curso do aviso prévio

- A) invalida o pré-aviso.
- B) faz nulo o pré-aviso.
- C) não se presta a conferir ao trabalhador a estabilidade provisória, ainda que posteriormente eleito.
- D) configura uma tentativa de fraude praticada pelo trabalhador.

34. Na primeira audiência da reclamação em que figurava, como reclamante, João da Silva, “falecido e representado por sua viúva Maria da Silva”, e, como reclamada, a Farmácia Sim Senhor Ltda., foi determinado “que fosse regularizado o pólo ativo da

reclamação”. Para atender a esta determinação e considerando que João e Maria eram casados e que não tinham dependentes nem bens, impunha-se que

- A) fosse feito o arrolamento sumário, com inclusão dos possíveis créditos decorrentes da reclamação, e, considerada a condição da viúva de herdeira única e, portanto, a inventariante, esta passasse a ser a reclamante.
- B) fosse providenciada a habilitação do Espólio de João da Silva, que passaria a ser o reclamante.
- C) fosse comprovada, pela viúva, esta sua condição e sua legitimidade para que passasse ela a ser a reclamante.
- D) fosse oficiado à Previdência Social para que se manifestasse, consoante a Lei nº 6.858/80.

35. O prazo para que o empregador ajuíze inquérito com o objetivo de ver reconhecida a falta grave e a decorrente resolução de contrato mantido com empregado estável que abandonou o emprego é de trinta dias contados

- A) da data em que o empregado começou a faltar injustificadamente.
- B) da data em que o empregado pretendeu o retorno ao serviço.
- C) da data em que se aperfeiçoou o abandono de emprego.
- E) da suspensão do empregado.

36. Caio ingressou com ação de cobrança em face de Tício, alegando ser credor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Devidamente citado, Tício sustentou que a dívida, em verdade, era proveniente de jogo de azar e, mesmo assim, já havia sido integralmente paga. Neste caso

- A) caberá a Caio comprovar ser credor de Tício, pois ao autor incumbe o ônus da prova.
- B) caberá a Caio comprovar ser credor de Tício, salvo se este demandar declaração incidental.
- C) caberá a Tício comprovar suas alegações, pois argüiu fatos modificativos.
- D) caberá a Tício comprovar suas alegações, pois argüiu fatos impeditivo e extintivo.

37. Quando Turma do Tribunal Regional do Trabalho declara a nulidade de uma sentença por força de julgamento *citra petita*, determinando a baixa dos autos à Junta de Conciliação e Julgamento de origem, deve o órgão *a quo*

- A) apreciar o tema não julgado, respeitando o princípio do aproveitamento dos atos já praticados.
- B) julgar a integralidade das pretensões deduzidas na reclamação.
- C) reabrir, obrigatoriamente, a instrução.
- D) através de seu presidente, declarar seu impedimento, eis que é vedado ao julgador conhecer de questões já decididas.

38. O próprio executado apresentou embargos de terceiro, sustentando e comprovando ser apenas locatário e não proprietário do imóvel penhorado e no qual reside. O Juiz deve

- A) rejeitar *in limine* os embargos de terceiro pois o executado não é terceiro na relação processual, devendo opor embargos à penhora, quando for o caso.
- B) rejeitar *in limine* os embargos de terceiro por falta de interesse, já que o devedor não pode defender a propriedade de bens que não são seus.
- C) convolar os embargos de terceiro em embargos à penhora, desde que tenham sido opostos no prazo de cinco dias, contados da ciência do gravame.

- D) dar prosseguimento à ação, determinando a citação do executado para a resposta, pois o possuidor direto pode alegar domínio alheio.

39. A incompetência absoluta

- A) pode ser argüida a qualquer tempo e grau de jurisdição, por simples petição.
B) se *ratione loci*, pode ser argüida até o trânsito em julgado da decisão.
C) argüida no prazo para a resposta, deve ser oferecida juntamente com a contestação ou a reconvenção.
D) deve ser argüida como exceção, até a data em que vier a ser proferida a decisão de mérito.

40. A citação, quando ordenada por Juiz incompetente:

- a) não constitui o devedor em mora nem interrompe a prescrição;
b) não constitui o devedor em mora, mas interrompe a prescrição;
c) constitui o devedor em mora e interrompe a prescrição;
d) constitui o devedor em mora, mas só interrompe a prescrição se for para evitar o perecimento do direito.

41. Nos autos de ação em curso em Vara Cível, o réu argüiu o impedimento do juiz. Este deverá:

- a) apresentar suas razões e remeter os autos ao Tribunal a que estiver subordinado, para que decida sobre a procedência ou o arquivamento da exceção;
b) apresentar suas razões e enviar os autos ao seu Corregedor, para que decida sobre a procedência ou a improcedência do impedimento;
c) apresentar suas razões e remeter os autos ao seu Corregedor, somente se rejeitar a argüição;
d) apresentar suas razões e remeter os autos ao Tribunal a que estiver subordinado, somente se acolher à argüição.

42. A contestação e a reconvenção:

- a) se constituem em peças autônomas, mas a desistência da ação acarreta a imediata extinção da reconvenção, ante a perda do objeto;
b) devem ser apresentadas no prazo para a resposta e julgadas simultaneamente;
c) ante o princípio da eventualidade, devem ser apresentadas juntamente com a argüição de incompetência absoluta;
d) podem ser apresentadas mesmo em caso de revelia, desde que observado o prazo legal para a resposta.

43. A penhora da aeronave ou de embarcação:

- a) acarreta o imediato impedimento para que continuem operando;
b) não impede que continuem em atividade, desde que a tanto autorizados pelo juiz, que exigirá comprovação de que há seguro contra riscos;
c) não impede que continuem em atividade, desde que haja expressa autorização do Departamento de Aviação Civil ou da Capitania dos Portos e a concordância do credor;
d) não impede que continuem em atividade, independentemente da expressa autorização do Departamento de Aviação Civil ou da Capitania dos Portos e da concordância do credor.

44. A sentença que contém julgamento *extra* ou *ultra petita*:

- a) é nula de pleno direito;
- b) deve ser corrigida pela via dos embargos de declaração, sob pena de preclusão;
- c) é passível de reforma pelo órgão julgador *ad quem*;
- d) não transita em julgado.

45. O recurso extraordinário exige:

- a) que caiba, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada;
- b) que tenha havido invocação do tema prequestionado, sem que sobre ele se tenha manifestado o Tribunal *a quo*;
- c) que haja ofensa direta à Constituição e que a questão federal suscitada tenha sido expressamente ventilada na decisão recorrida;
- d) que não haja divergência jurisprudencial a respeito do objeto do recurso.

46. O mandado de segurança se destina à proteção de:

- a) quaisquer direitos líquidos e certos;
- b) quaisquer direitos líquidos e certos, salvo os referentes ao direito de locomoção;
- c) quaisquer direitos líquidos e certos, salvo os referentes ao direito de informação.
- d) quaisquer direitos líquidos e certos, salvo os referentes ao direito de locomoção e ao direito de informação.

47. As medidas cautelares

- A) se incidentais, serão requeridas no primeiro grau de jurisdição, ainda que o processo se encontre no Tribunal.
- B) se preparatórias, serão requeridas ao juiz competente para conhecer da ação principal.
- C) se inominadas, não comportam concessão de liminar.
- D) em quaisquer das suas modalidades, só comportam a concessão de liminar *inaudita altera pars* e, mesmo assim, se não for satisfativa.

48. Assinale a opção correta

- A) o salário-maternidade é devido à segurada empregada, à trabalhadora avulsa e à empregada doméstica, após o prazo de carência exigido.
- B) o salário-maternidade é devido exclusivamente à segurada empregada e à trabalhadora avulsa, independentemente de carência.
- C) o salário-maternidade é devido à segurada empregada, à trabalhadora avulsa e à empregada doméstica, independentemente de carência.
- D) o salário-maternidade é devido exclusivamente à segurada-empregada com vínculo de emprego.

49. Assinale a afirmativa incorreta:

- A) o acidente sofrido pelo segurado, fora do local e horário de trabalho, na prestação espontânea de qualquer serviço ao empregador para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito não é equiparado ao acidente de trabalho.
- B) o acidente sofrido pelo segurado no local e horário de trabalho, em consequência de ato de pessoa privada do uso da razão não é equiparado ao acidente de trabalho.

- C) o acidente sofrido pelo segurado no local e horário de trabalho, em consequência de ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho não é equiparado a acidente de trabalho.
- D) o acidente sofrido pelo segurado, fora do local e horário de trabalho, na execução de ordem ou na realização de serviço sob autoridade da empresa, não é equiparado ao acidente de trabalho.

50. Não faz jus ao salário-família

- A) o empregado doméstico.
- B) o trabalhador avulso.
- C) o aposentado por invalidez.
- D) o aposentado por idade.

GABARITO

QUESTÕES	1ªEtapa	QUESTÕES	1ª Etapa
1	D	26	B
2	C	27	A
3	A	28	A
4	D	29	B
5	C	30	D
6	B	31	B
7	D	32	A
8	A	33	C
9	A	34	C
10	A	35	B
11	C	36	D
12	C	37	B
13	B	38	Anulada
14	C	39	A
15	B	40	C
16	D	41	A
17	B	42	B
18	C	43	B
19	B	44	C
20	D	45	C
21	A	46	D
22	D	47	B
23	A	48	C
24	C	49	Anulada
25	D	50	A